

Atualização da polifonia¹

Marion Carel*
Oswald Ducrot**

Resumo

O artigo desenvolve e atualiza a teoria da polifonia apresentada no último capítulo de *O dizer e o dito* (Ducrot, 1984); articula a polifonia, assim entendida, à teoria dos blocos semânticos, forma atual da teoria da argumentação na língua, e, por último, dá algumas pistas para a descrição de fenômenos que mostram alusões do enunciado a enunciações diferentes da sua.

Palavras-chave: Teoria da polifonia. Teoria dos blocos semânticos. Problemas de enunciação.

Nosso artigo pretende fazer um desenvolvimento e uma atualização da teoria da polifonia apresentada no último capítulo de *O dizer e o dito* (Ducrot, 1984). Temos, antes de tudo, três objetivos, os quais pensamos não somente serem compatíveis, mas também que a realização de cada um pode ajudar aos outros. Tratar-se-á para nós, primeiro, de retomar e de reformular a ideia central da teoria da polifonia, que no fio dos comentários e das discussões se embotou um pouco; de outra parte, de articular com a polifonia, assim entendida, a teoria dos blocos semânticos (TBS), que é uma das formas atuais da teoria da argumentação na língua (ADL); enfim, de dar algumas pistas para a descrição de certos fenômenos que mostram alusões do enunciado a enunciações diferentes da sua. A primeira parte será de tipo polêmico: ela visará a dizer o que, segundo

* École des Hautes Études em Sciences Sociales (EHESS), Paris, França.

** École des Hautes Études em Sciences Sociales (EHESS), Paris, França.

nós, não é a polifonia. A segunda parte tentará uma apresentação mais positiva do quadro dentro do qual trabalhamos atualmente no que concerne aos problemas de enunciação.

Duas formas dualistas da teoria polifônica

Ao olhar as diferentes utilizações feitas do termo “polifonia”, parece-nos que elas se ligam a uma ou outra de duas concepções opostas, das quais nenhuma corresponde exatamente àquela que se queria apresentar em *O dizer e o dito*. Deve-se dizer que esse livro, bem como as últimas publicações de Ducrot, apresentavam a polifonia com uma certa imprecisão, em razão, talvez, do duplo desejo de se opor à doxa linguística e de fazer concessões ao bom senso que parece fundamentar essa doxa. As duas concepções extremas, às quais se faz alusão atualmente ao empregar a palavra “polifonia” e ao admitir, portanto, uma pluralidade de vozes num mesmo enunciado, fundamentam, uma e outra, essa pluralidade sobre a existência de um enunciado único com diferentes conteúdos semânticos. Essas concepções devem, então, considerar como uma objeção possível, ou ao menos como uma dificuldade encontrada de saída, a existência de enunciados que parecem “dizer somente uma coisa”, como *faz bom tempo*. Mas, em realidade, se a concepção original se refere a uma pluralidade de vozes, a pluralidade fundamental para ela liga-se

à distinção de duas instâncias, que são o locutor e o enunciador. Seguramente, se o locutor é, na maior parte do tempo, único, há geralmente vários enunciadores relacionados com vários conteúdos, mas a afirmação fundamental da teoria é a natureza diferente e a coexistência de dois tipos de instância enunciativa. Vamos, de início, caracterizar rapidamente as duas concepções opostas às quais se ligam mais frequentemente os partidários atuais da polifonia.

A primeira, interpretação que chamamos, de modo arbitrário, “atitudinal”, consiste em sustentar que o locutor, na maioria dos enunciados, apresenta vários conteúdos e toma frente a eles atitudes diversas. O esquema geral da significação seria, então:

locutor	atitude 1 frente a um conteúdo 1
	atitude 2 frente a um conteúdo 2
	atitude 3 frente a um conteúdo 3...

É assim que se descreve um enunciado com pressupostos (tomemos o exemplo tradicional *Pedro parou de fumar*, que tem o mérito de não colocar a originalidade na escolha dos exemplos). Dir-se-á que o locutor toma uma atitude de reconhecimento ou de concessão frente ao conteúdo [*Pedro fumou*] e uma atitude de assumir frente ao conteúdo [*Pedro atualmente não fuma*]. Da mesma forma, no enunciado negativo *Pedro não está ali*, o locutor considera, mesmo o rejeitando, o conteúdo [*Pedro está ali*], e assume outro conteúdo, que consiste seja em

representar a ausência de Pedro, seja em representar como ausente o primeiro enunciador. Uma consequência dessa concepção é, evidentemente, produzir um tipo de esfacelamento do conteúdo e se opor, então, ao dogma das gramáticas gerais e de certos psicologistas, segundo os quais cada enunciado manifesta um pensamento único, que possui uma unidade interna. É, sem dúvida, para evitar essa consequência, julgada indesejável, mantendo a pluralidade dos conteúdos, que Berrendonner (1981, p.52) introduziu a noção de “complexo ilocutório”, destinada a reunir, numa posição ilocucionária única, as diferentes atitudes do locutor.

Uma concepção da polifonia radicalmente oposta a essa, que não é também a nossa, consiste em considerar o que, na interpretação “atitudinal”, é um par atitude-conteúdo, como uma enunciação, como uma fala, e em compreender a polifonia como a coexistência de várias falas no interior de um único enunciado, o que corresponde a uma interpretação quase literal da palavra “voz”. Falaremos de interpretação “musical” da polifonia. Nessa versão realista, essa interpretação implica que as vozes tenham uma existência intuitiva. Uma consequência disso é que, quando parece um pouco forçado, artificial, imaginar num enunciado dado um concerto de falas simultâneas, renuncia-se a considerá-lo como polifônico. Assim se negará que a existência de pressupostos num enunciado baste para assegurar-lhe um caráter polifônico. Seria necessário que

o locutor fizesse, claramente, falar nele diversas pessoas: uma, diferente de si mesma, que defendesse o pressuposto, e outra, que dialogando com a primeira no próprio enunciado, apresentasse o posto. Se esse não é o caso, o pressuposto deveria ser descrito como uma simples condição de emprego. Ou ainda, se recusaria a descrever *Pedro não está ali*, em suas enunciações habituais, como polifônico, porque não se percebe nele o confronto de duas enunciações que poriam, respectivamente, a presença e a ausência de Pedro. O caráter polifônico seria reservado para as negações, ditas algumas vezes metalinguísticas, em que um locutor, assimilado geralmente ao sujeito falante, opõe-se abertamente a outro locutor, igualmente presente no enunciado, e que sustenta que Pedro está ali (“contrariamente ao que alguns dizem, Pedro não está ali”).

Essa segunda concepção, “musical”, da polifonia considera, então, que um enunciado é polifônico se ele “faz ouvir” diferentes discursos atribuídos a fontes diferentes (que podem ser, também, determinadas ou não). Um enunciado polifônico estaria relacionado, portanto, sempre mais ou menos, com o relato de discursos. As fontes desses discursos podem ser compreendidas de maneira psicanalítica como diversas “instâncias psicológicas”, que seguem nas palavras o debate que elas têm no pensamento. Assim, para admitir que toda negação é polifônica, seria necessário admitir que ela é fundamentalmente denegação. Outra forma de polifonia musical vem da so-

ciolinguística. As diferentes vozes seriam aquelas de formações sociais diferentes às quais pertence o sujeito falante, e de que cada fala individual seria, por assim dizer, o campo fechado. Essa representação da polifonia poderia ser posta em relação com o “dialogismo” geralmente atribuído a Bakhtin (muito mais que com o que Bakhtin chama de “polifonia” em seu estudo sobre Dostoievski). Ela justificaria os aforismos do tipo “quando eu falo, isso fala em mim”, o “isso” da fórmula remetendo a discursos outros dos quais minha enunciação seria o lugar. Sob essas duas formas, psicanalítica e sociológica, a interpretação “musical” da polifonia diminui a importância do locutor e de suas atitudes. Resta, apenas, no sentido do enunciado, uma superposição de discursos.

Não temos a intenção, aqui, de discutir essa concepção, como não discutimos a concepção “atitudinal”. Uma e outra representam decisões fundamentais concernentes à natureza da língua e procuramos unicamente tornar claras essas decisões.

As duas interpretações, atitudinal e musical, têm em comum considerar como um par cada um dos elementos constitutivos do sentido de um enunciado e declarar o enunciado polifônico quando, e somente quando, sua significação comporta dois pares ou mais. Na concepção “atitudinal”, trata-se de pares compostos de uma atitude e de um conteúdo e esses pares são postos sob a responsabilidade única do locutor, que os escolhe de modo

relativamente voluntário e consciente. Essa concepção da significação assemelha-se àquela proposta em *Dizer e não dizer* (1972), bem antes de a polifonia se tornar um lugar-comum da semântica linguística francófona. Assim se explica que a noção de pressuposto, tal como foi apresentada nesse livro, tenha sido objeto de críticas muito fortes de parte dos teóricos que se baseiam na filosofia de Althusser e refutam a ideia de um locutor dono da significação e puxam os cordões – metáfora em que o cordão representa a atitude do sujeito falante e em que a marionete corresponde ao conteúdo (essa crítica é particularmente clara no livro de Paul Henry *A ferramenta imperfeita*).

É igualmente por uma pluralidade de pares que a significação do enunciado é representada na concepção “musical” da polifonia. Cada um desses pares, cada um dos elementos da significação, deve de fato ser visto como um discurso que associa uma voz, produtora ou ao menos origem desse discurso (é um tipo de locutor, mas de locutor parcial, tanto que há discursos na significação do enunciado), e um conteúdo, uma representação pela qual essa voz é responsável.

Em oposição a essas duas interpretações tentamos atualmente construir uma teoria polifônica que se quer mais fiel à intuição original de *O dizer e o dito* – mesmo que ela se distancie desse texto sobre pontos essenciais. Para fazer isso, descrevemos os elementos da significação, suas moléculas como tripés. Em

cada um desses tripés encontram-se os três elementos seguintes (seus átomos, para seguir a metáfora). De uma parte, uma atitude do locutor do enunciado (presente já na concepção “atitudinal” da polifonia e ausente da concepção “musical”, visto que esta se recusa a representar o locutor do enunciado na significação). Em seguida, um conteúdo (presente, ao mesmo tempo, na concepção “atitudinal” e na concepção “musical”), e, enfim, um “enunciador” (ausente na concepção “atitudinal” e que, em algumas e importantes diferenças, sobre as quais falaremos adiante, corresponde à voz produtora do discurso na concepção “musical”). Antes de apresentar em detalhe essa imagem da polifonia, gostaríamos de fazer duas observações a propósito da concepção “musical”, que rejeitamos, na medida em que ela nega sistematicamente considerar o locutor do enunciado, enquanto nós queremos, na maior parte dos casos ao menos, fazer coexistir um locutor, sujeito único ao qual são atribuídas as atitudes frente aos conteúdos e aos enunciadores.

Primeiramente, é necessário reconhecer que a interpretação “musical” tem sido favorecida pela escolha, feita em *O dizer e o dito*, da palavra “enunciador” para designar as pessoas associadas aos conteúdos veiculados pelo enunciado. Mesmo se Ducrot toma cuidado de esclarecer que esses enunciadores não são locutores, que eles não falam, era tentador representá-los como fontes enunciativas, e isso tanto mais que eles

são colocados algumas vezes na origem dos atos ilocutórios.

Em seguida, e é mais importante, nós quereríamos sugerir que o sucesso da interpretação “musical” da polifonia explica, parcialmente ao menos, a dificuldade que se teve em admitir a distinção entre “autoridade polifônica” e “raciocínio por autoridade”, distinção apresentada no penúltimo capítulo de *O dizer e o dito* e que, ao quanto sabemos, jamais foi considerada por qualquer dos teóricos que se filiam à polifonia. Vamos, em compensação, fazer várias alusões sobre essa distinção na sequência deste artigo. Essa distinção se liga a uma observação da *Lógica* de Port Royal (segunda parte, capítulo 8) a propósito de um enunciado da forma “X diz que q”, a saber, do enunciado *os filósofos nos asseguram que as coisas pesadas caem por si próprias para baixo*. Port Royal observa que pode haver duas interpretações bem diferentes. Pode-se, primeiro, considerá-la como um modo de dizer q, ligando seu dizer à opinião dos filósofos. Se compreendermos bem Port Royal, o enunciado, nesse caso, tem por tema o tema de q, a saber, a queda dos corpos pesados, e nele afirma o predicado que constitui o propósito de q, a saber, a noção de caráter inerente. Tratar-se-ia, então, de caracterizar a queda dos corpos pela propriedade de ter sua causa no interior dos próprios corpos. A alusão aos filósofos é apenas um modo de atribuir um propósito ao tema: o locutor, prudente ou modesto, não assume a plena

responsabilidade dessa atribuição, que é o conteúdo apresentado pelo enunciado. Para *O dizer e o dito*, essa primeira leitura trata da “autoridade polifônica”: o locutor sustenta uma opinião “por meio” de um enunciado distinto dele e assimilado aos filósofos. Não se deve dizer que ele os faz falar, mas que ele fala “por meio” deles, utilizando-os, por assim dizer, como máscaras. Falaremos, nesse caso, de leitura “modal”. Na segunda leitura do enunciado, trata-se, ao contrário, de fazer conhecer o discurso dos filósofos. A existência desse discurso, o fato de que ele tenha sido dito, constitui um propósito cujo tema é a proposição “as coisas pesadas caem por si próprias para baixo”. Assim compreendido, o enunciado pode ser utilizado para legitimar essa opinião sobre a queda dos corpos. É esse o recurso ao raciocínio por autoridade. Mencione-se o fato de que alguém, no caso os filósofos, apresentou a opinião indicada no discurso que se relata e utiliza-se desse fato para justificar, ou mesmo provar, essa opinião, tornada verossímil pela constatação de que o autor do discurso relatado tem pouco risco de se enganar, ao menos sobre esse assunto. Falaremos nesse caso de leitura “atributiva”.

Parece-nos que um estudo linguístico geral dos discursos relatados do tipo “X diz que q” deveria se apoiar sobre a distinção que Port Royal introduziu por razões filosóficas. Seria necessário, sistematicamente, distinguir as duas interpretações, atributiva e modal, que acabamos de analisar a propósito do

exemplo particular de Port Royal. No interior da interpretação atributiva se poderia fazer ainda uma subdivisão. Pode-se tratar de caracterizar a proposição q em bem ou em mal, atribuindo-lhe a propriedade de ter sido dita por alguém tão estimável ou tão estúpido quanto X (vê-se que o raciocínio por autoridade, destinado a justificar q, pressupõe além disso uma caracterização a favor de X). Mas pode-se tratar também de caracterizar X igualmente em bem ou em mal, atribuindo-lhe o fato de ter dito q. Essas duas caracterizações, para nós, fazem parte do conteúdo do enunciado em sua leitura atributiva, e serão descritas em termos argumentativos (proporemos mais adiante o mesmo tratamento para o ângulo de vista). Nossa sugestão conduz, portanto, a recusar reconhecer no verbo dizer um emprego metalinguístico, mesmo que esse verbo seja geralmente considerado como o próprio protótipo de uma metalíngua inerente à língua.

A interpretação musical é incapaz de distinguir a leitura modal (a autoridade polifônica) e a leitura atributiva (notadamente o raciocínio por autoridade), porque ela assimila o fato de falar “por meio de” os filósofos e o fato de relacionar um discurso aos filósofos. Nós nos permitimos insistir fortemente sobre esse ponto, retomando o exemplo de tratados medievais, já assinalado em *O dizer e o dito*. A referência constante desses autores aos filósofos antigos trata da autoridade polifônica, e não do raciocínio por autoridade (malgrado o que os cartesianos tenham dito dos escolásticos

em suas reprovações sobre eles). Com efeito, essa maneira de fazer não visava a dispensar uma prova “racional”, que é ao contrário obrigatória na retórica medieval, ao lado da referência aos textos antigos e aos textos cristãos. Ela serve unicamente para associar a fala presente a discursos veneráveis: reclamando a si a única responsabilidade por esses discursos, apaga-se o que pode ter neles de presunção na tomada da palavra. Esse não é o caso do raciocínio por autoridade. Esse, quando reproduz a fala de autores infalíveis, entende atribuir certos discursos a certas pessoas, e utiliza essa atribuição com fins demonstrativos. Enquanto o recurso à autoridade polifônica serve unicamente para colorir seu próprio discurso de uma deferência frente ao discurso de um outro, o raciocínio por autoridade serve para impor o discurso que se toma, deduzindo sua verdade da verdade de um discurso sinônimo.

Uma concepção triádica da polifonia

Do modo como a compreendemos atualmente, a concepção da polifonia apresentada no último capítulo de *O dizer e o dito* constitui a forma geral da qual a autoridade polifônica é uma realização particular. Tecnicamente, essa concepção, nós dissemos, consiste em representar a significação por um conjunto de tripés. Cada um deles comporta a indicação de um conteúdo, a atitude do locutor frente a esse conteúdo e, enfim, a especificação

de uma instância dita “enunciador”. É esse terceiro termo que é problemático e cuja existência vamos agora primeiramente justificar para depois precisar sua natureza. Certamente, pode parecer anormal interrogar-se sobre a existência de um objeto cuja natureza não foi antes definida. Mas nós cremos que é possível, para colocar em evidência a existência do “enunciador”, contentarmo-nos com uma caracterização provisória, sem decidir ainda se a noção deve ser compreendida como a de ângulo de vista, no sentido da posição a partir da qual é estabelecida a representação que constitui o conteúdo, ou ainda como a de origem, de fonte, da qual o locutor tira o conteúdo, ou, enfim, garante a validade do conteúdo. Para reunir essas três possibilidades, nos bastará no momento, hipocritamente, declarar o enunciador “responsável” pelo conteúdo, termo frequentemente empregado na literatura linguística (e também na vida cotidiana) e que tem a vantagem de não engajar aquele que o emprega (mesmo se, na vida cotidiana, ele autoriza a condenar a pessoa à qual se aplica).

Para mostrar a necessidade de admitir, além das atitudes e dos conteúdos, terceiros responsáveis pelos conteúdos, deve-se fazer ver a insuficiência de uma descrição semântica que, ao lado do conteúdo, colocaria unicamente (como o fazia *Dizer e não dizer*) uma atitude do locutor e absorveria o terceiro que nós chamamos responsável no interior da atitude. Lembremos as três atitudes principais que, segundo nós, o locutor

pode tomar frente a um conteúdo. A primeira é de “pôr” ou de “assumir” o conteúdo, fazendo de sua comunicação o objeto do enunciado, isto é, no quadro de uma linguística argumentativa, articulando-o a outro discurso. É certamente tentador assimilar essa atitude à indicação de que o locutor é a origem do conteúdo: pôr remeteria a aceitar a “responsabilidade” (como aconteceu a Ducrot de o dizer, o locutor “se identificaria” ao enunciador). Jogar-se-ia, assim, sobre a ambiguidade da expressão “assumir”, que pode significar, ao mesmo tempo, declarar-se responsável por uma ação já cumprida e aceitar efetuar uma ação ainda não cumprida. Mas, caso se considere, não essa acepção psicológica de “assumir”, mas o sentido discursivo que nós demos a esse termo (fazer de um conteúdo a base de um discurso) torna-se claro que o locutor pode assumir uma representação da qual ele não se declara a origem. É o que Carel (2008) mostrou em seu estudo da estrutura *parece que q*. O locutor dessa expressão pode pôr o conteúdo expresso por *q* (*parece que vai fazer bom tempo, nós deveríamos, portanto, sair*), enquanto, ao mesmo tempo, ele não assume a responsabilidade, mas a recusa em favor de um terceiro.

Uma segunda atitude possível, para nós, é aquela que concerne especialmente aos conteúdos pressupostos, atitude que nós chamamos “concordar” e que consiste simplesmente em pôr esse conteúdo fora do discurso, recusando-se a fazer dele um objeto possível de discussão. Aí, ainda,

poderia parecer razoável reduzir essa atitude à designação de um “responsável”. É suficiente dizer (isso foi dito muito frequentemente desde Frege, mas não por Frege) que o conteúdo acordado é atribuído a um ON (SE) – enunciador, a um tipo de doxa ou de voz pública, e que essa atribuição esgota a atitude de acordo. Mas inúmeros exemplos contradizem essa assimilação, principalmente este que nos foi apontado, há bastante tempo, por Récanati. Para explicar o comportamento inquieto e o nervosismo de uma pessoa, pode-se, sem grande originalidade, lançar a hipótese *ele deve ter parado de fumar recentemente*. Fazendo isso, pressupõe-se que ele foi fumante. Ora, isso não implica nada que se refira a qualquer opinião admitida, segundo a qual a pessoa de que se fala era fumante. Se o locutor desse enunciado se refere a uma opinião admitida, é àquela segundo a qual a renúncia ao tabaco, em geral, é psicologicamente difícil de suportar.

A terceira atitude que nós isolamos é a “exclusão”. É a atitude do locutor de um enunciado negativo “não X” frente ao conteúdo de X (supomos admitida, para falar de exemplos desse tipo, a concepção dita “polifônica” da negação). Como para as outras atitudes, quer-se explicitar a atitude de exclusão por uma certa indicação sobre a responsabilidade de X, notadamente por essa indicação mínima de que não pode se tratar do locutor do enunciado negativo. Certamente, esse é frequentemente o caso, mas nós não vemos por que alojar na língua essa psi-

cologia rudimentar, segundo a qual não é possível opor-se a si mesmo. De fato, nada parece impedir que alguém declare a falsidade de suas próprias crenças, nem somente de uma crença que tenha tido outrora, mas de uma crença que se tem agora no momento em que se fala e que comanda a palavra – cf. Vigny, *Stello*, capítulo 5: *eu não sou sempre de minha opinião*.

Os três exemplos que mencionamos parecem mostrar que o enunciador, ou “responsável”, presente em cada um dos tripés que constituem a significação não pode ser absorvido na atitude. Para manter nossa concepção da significação como um tripé (atitude, “enunciador”, conteúdo), devemos ainda explicar por que situamos o enunciador fora do conteúdo.

O problema é complicado pelo fato de que alguns de nossos enunciados, por exemplo, os do tipo “segundo X, q”, parecem constituir uma representação particular de um fenômeno, entre outras representações particulares possíveis desse fenômeno. O enunciado *segundo o crítico do Monde*, *o último filme de Woody Allen fracassou totalmente* apresentaria, assim, um “ponto de vista” sobre uma situação (o último W. Allen) que poderia ser vista de mil outros modos. Ora quem diz “ponto de vista”, no sentido que nós acabamos de dar a essa expressão, a de representação possível, supõe ao mesmo tempo um “ângulo de vista” – o que é outra acepção, difícil de distinguir da primeira, da expressão

da linguagem comum “ponto de vista”. Tratar-se-ia, de certo modo, de ver, dado, em nosso exemplo, como sendo aquele do crítico de cinema do jornal *Le Monde* e que determinaria o que foi visto. Esses enunciados, e a análise que se acaba de lembrar rapidamente, são particularmente interessantes para nós, porque eles *parecem* – insistimos sobre esse *parecem* – fornecer imediatamente a terceira entidade constitutiva da significação, entidade distinta, ao mesmo tempo, segundo nós, das atitudes e do conteúdo. Tratar-se-ia deste “ângulo de vista” em relação ao qual a situação é apresentada no enunciado. Essa solução é, entretanto, inaceitável para um adepto da TBS, que se quer radical em sua recusa de integrar ao sentido elementos informativos. Admitir que certos grupos nominais têm por função designar indivíduos, ou grupos de indivíduos que tenham um mesmo olhar sobre o mundo, seria fazer entrar, no sentido do informativo puro, o “ângulo de vista”, como o Cavalo de Troia dessa invasão. Não se pode sustentar que o sentido seja puramente argumentativo, e, ao mesmo tempo, admitir que a expressão *o crítico do Monde* designa um ser que, tendo uma psicologia, opiniões políticas e um lugar próprio na sociedade, teria um “ponto de vista” sobre os filmes que vê. É certamente claro que o crítico cinematográfico do *Monde* tem opiniões e um lugar na sociedade. O que sustentamos é que não se trata disso no enunciado *segundo o crítico do Monde*, *o último filme de Woody Allen fracassou*

totalmente. A descrição definida o *crítico do Monde* relativiza certamente o fracasso do filme, mas não pelo fato de que ela atribuiria a esse julgamento de fracasso uma origem. Notar-se-á nesse sentido que é inútil conhecer o jornalista do *Monde* que redige os artigos sobre o cinema para compreender o enunciado que nos serve de exemplo, e que só conta, para uma boa interpretação, o fato de que seja crítico no *Monde*. Se há relativização do fracasso, é nisso somente que a expressão *crítico do Monde* atua sobre a expressão *fracassou totalmente*: é dito que o último Woody Allen não-agradou-ao-crítico-do-Monde. O ângulo de vista deve ser integrado ao conteúdo.

Assinalemos agora como a TBS poderia tratar um enunciado desse tipo. Recordemos, pedindo aos leitores escusas por essa alusão rápida a um quadro teórico impossível de apresentar aqui (para uma exposição geral da TBS, apesar de algumas mudanças na terminologia, ver Carel e Ducrot [1999]), que a TBS concebe os conteúdos como “argumentações”, quer dizer como encadeamentos de enunciados ligados por um conector. Em nosso exemplo, a ligação entre o ângulo de vista e o ponto de vista poderia ser representada por encadeamentos em DONC (PORTANTO), que, segundo nossa concepção de encadeamento argumentativo, marcam não a associação de duas noções independentes, mas a interdependência semântica de duas expressões, em que cada uma significa por meio da outra. No que concerne ao exemplo tratado aqui, o conteúdo do

enunciado seria descrito por encadeamento do tipo “pouco original portanto filme fracassado”, ou ainda “escrito de modo banal portanto filme fracassado”, etc., supostos corresponderem à representação que um crítico cinematográfico intelectual tem de filmes fracassados, isto é, ao conteúdo do enunciado.

Falta-nos agora tentar caracterizar essa instância que chamaremos provisoriamente tanto “enunciador” quanto “responsável”. De acordo com o que foi dito, está claro que não pode se tratar de ângulo de vista, pois nós o incluímos no interior do conteúdo. De outra parte, ao dizer que a expressão *segundo o crítico do Monde* especifica um ângulo de vista sobre o cinema, um modo de ver o êxito cinematográfico, e condiciona por esse fato a argumentação constitutiva, segundo nós, do conteúdo (notadamente, em nossa terminologia, a “argumentação interna” desse conteúdo), deixamos ainda de lado certas indicações que gostaríamos de integrar à semântica do enunciado. São aquelas que tratam da maneira pela qual o conteúdo é introduzido no mundo intelectual do locutor (empregamos essa expressão complicada para evitar as palavras “fonte” ou “origem” que se compreendem melhor, mas que, se verás, não correspondem ao que nós temos a dizer), porque há diferentes razões para o locutor considerar o filme de Woody Allen como fracassado-no-sentido-do-crítico-do-Monde. Talvez ele se refira ao julgamento do crítico, cujo artigo ele leu, ou cujo artigo ele conhece porque alguém lhe falou, ou ainda é

possível que o locutor, conforme o que ele sabe do filme, tome seu “fracasso intelectual” como um fato evidente, como um dado (essa interpretação se imporia se o enunciado comportasse uma modalidade de necessidade, se fosse, por exemplo, o *último Woody Allen só pode ser, conforme o crítico do Monde, um fracasso total*). Em uma ou outra dessas eventualidades, a ideia de fracasso é expressa segundo o mesmo ângulo de vista. Ora é justamente dessas diversas eventualidades que queremos dar conta com nossa noção de enunciador responsável.

Qual é a natureza dessa última instância? Seria tentador, com certeza, e as primeiras versões da polifonia nem sempre resistiram a essa tentação, considerá-la como a fonte que introduziu o conteúdo no espírito do locutor, isto é, como o ser individual, ou o grupo de seres individuais, que estão para o locutor na origem desse conteúdo. É a via que seguiram as diferentes concepções de evidencialidade. Ela nos é proibida pelas duas mesmas razões que nos proibiram, acabamos de ver, descrever o ângulo de vista como a posição de um observador individual. A primeira é que nossa decisão epistemológica antirreferencialista não nos permite, após ter negado a informatividade de tudo o que, no sentido, tem um caráter representacional, admitir a objetividade de dados concernentes ao aparelho enunciativo – o que seria inevitável se os enunciadores fossem vistos como seres individuais, fontes ou origens dos conteúdos. A segunda é que, de fato, o que importa semanticamente

não é a identidade individual dos enunciadores, o fato de que se trata desse ou daquele estar presente na situação de discurso, mas o modo particular pelo qual eles preenchem o papel geral que lhes é conferido. Consideramos esse papel como o de garantias e chamaremos “Pessoas” o tipo de garantia ao qual ele recorre (o termo “Pessoa” substituirá, daqui em diante, nesta exposição ao menos, aquele de enunciador ou responsável). No exemplo de Port Royal, quando lido de maneira modal, isto é, como um caso de autoridade polifônica, não há, então, alusão aos diferentes indivíduos designados pela palavra filósofo, nem ao grupo social que eles constituem, mas há a escolha de certo modo de falar, de certo tom (para uma definição sistemática dessa noção de “tom”, ver aqui mesmo o artigo de Lescano), e a tese sobre a relação causal entre a natureza interna dos corpos e sua tendência a cair para baixo apresentada sobre esse “tom” (o fato de que o locutor do exemplo de Port Royal faça, de outra parte, submissão a essa Pessoa que ele faz ouvir será, em nossa concepção geral, considerada uma atitude de assumir). Do mesmo modo, o enunciado *segundo o crítico do Monde, o último Woody Allen fracassou totalmente*, em sua leitura mais banal, apresenta o fracasso do filme do-ponto-de-vista-da-crítica-intelectual como garantido por uma instância outra que seu locutor. É ainda o mesmo para os enunciados do tipo “parece que q”, dos quais já falamos: eles servem para pôr q, fazendo-o sustentar por algum outro. Nos três casos

que acabamos de recordar, diremos que a Pessoa, no sentido técnico, é ELE, ou ainda, o TERCEIRO. É possível, também, que o responsável pelo conteúdo seja o próprio locutor, em seu papel de locutor, como na exclamação, onde o dizer é dado como atestando a validade do que é dito (a interjeição Ai!, por exemplo, assegura, de modo honesto ou mentiroso, pela sua simples enunciação, a realidade do sofrimento que constitui seu conteúdo). Diremos, então, que a Pessoa que tem função de garantia é o Locutor, por abreviação L.

Destacaremos apenas, sem tratá-lo verdadeiramente, um problema complicado, o das estruturas do tipo “p já que eu te disse isso”. Não nos parece necessário, apesar das aparências, dizer que o responsável por p é L, porque, para o locutor, não é a sua própria fala que atesta a validade de p. Nós teríamos antes tendência a dizer que se trata de um pedido feito ao destinatário de que seja suficiente, para admitir p, a enunciação do locutor. Pede-se a ele, portanto, que se contente, para afirmar por sua vez p, para retomá-lo por sua conta, com uma garantia que, de seu ponto de vista, é a Pessoa ELE.

Vamos, ainda, distinguir uma terceira Pessoa, o Mundo. Diz-se alguma coisa porque “as coisas são assim”. Muitos enunciados científicos, sobretudo na boca de não científicos, são desse tipo, e também um grande número de nossas afirmações cotidianas. Se eu digo *o tempo está bom*, parece que são as coisas que garantem que tenho razão de dizê-lo

(nós dizemos *parece*, porque, de fato, o conteúdo de *o tempo está bom*, que é para nós do tipo argumentativo, contendo em seu sentido *donc* e *pourtant*, não é certamente esse tipo de coisas que a realidade pode atestar).

Lescano distingue mais uma quarta Pessoa, o “Testemunho”. Ele se fundamenta, para isso, em critérios linguísticos relativos aos modos de refutações possíveis de enunciados que colocam em jogo essa Pessoa. Nós insistiremos como ele sobre o fato narratológico de que essa Pessoa do Testemunho intervém, talvez, num certo tipo de narrativa. Trata-se daquelas atribuídas, explicitamente, a um narrador (“eu”) que, de um lado, é um dos personagens da história contada e, de outro, é apenas um personagem secundário: ele percebeu uma parte ou a totalidade da história, sem propriamente, falar, intervir nela. Poder-se-ia dizer que ele ilustra a Pessoa do Testemunho e se interrogar sobre as razões que o autor teve de apresentar a história por meio dele. Não se trata de dar à narrativa essa cor subjetiva que ele atribui ao fato de ter por narrador alguém que tenha sido um herói. Nós sugerimos, da mesma forma, que o início de *Madame Bovary*, frequentemente comentado pela crítica literária, ao fazer do narrador um companheiro de escola de Charles Bovary, visa também a introduzir o Testemunho, testemunho cuja importância permanece misteriosa, visto que o detalhe da história, geralmente, não é para ele um objeto de experiência.

Não vamos dizer mais sobre os responsáveis e as Pessoas. O artigo de Alfredo Lescano, aqui mesmo, apresenta e problematiza essa noção, indicando, além disso, critérios linguísticos, para decidir sobre a presença de uma Pessoa em vez de outra. Queremos simplesmente, para concluir este artigo, lembrar a ideia essencial que comanda nossa atual concepção de polifonia. Trata-se de colocar na significação, ao lado das atitudes do locutor e dos conteúdos, uma terceira instância, que, como as duas outras, não é do tipo referencial e que não pode ser vista como alusão a indivíduos. Ela marca somente certo modo de garantir o dito, certo tom para apresentá-lo e a exigência correlativa de um tom particular para refutá-lo.

Mise au point sur la polyphonie

Résumé

Cet article fait un développement et une réactualisation de la Théorie de la Polyphonie présentée dans le dernier chapitre de *Le dire et le dit* (Ducrot, 1984); il articule avec la polyphonie ainsi comprise la Théorie des Blocs Sémantiques (TBS), qui est une des formes actuelles de la Théorie de l'Argumentation Dans la Langue (ADL); enfin, il donne quelques pistes pour la description de certains phénomènes qui montrent des allusions de l'énoncé à des énonciations différentes de la sienne.

Mots-clés: Polyphonie. Problèmes d'énonciation. Théorie des blocs sémantiques. Théorie de la polyphonie.

Nota

- ¹ Artigo publicado em CAREL, Marion; DUCROT, Oswald. *Mise au point sur la polyphonie*, *Langue Française*, n° 164, p. 33-44, 2009. Trad. de Telisa Furlanetto Graeff – Universidade de Passo Fundo (UPF), Passo Fundo, RS. Revisão da tradução: Leci Borges Barbisan – PUCRS, Porto Alegre, RS.

Referências

- ARNAULD, A.; NICOLE, P. *La logique ou l'art de penser*. Paris: Flammarion, 1662/1978.
- BERRENDONNER, A. *Eléments de pragmatique linguistique*. Paris: Editions de Minuit, 1981.
- CAREL, M. Polyphonie et argumentation. In: BIRKELUND, M., MOSEGAARD HANSEN, M.B.; NOREN, C. (Org.). *L'énonciation dans tous ses états*. Mélanges offerts à Henning Nølke. Bern, Berlin, Bruxelles, Frankfurt am Main, New York, Oxford, Wien: Peter Lang, 2008. p. 29-46.
- CAREL, M.; DUCROT, O. Le problème du paradoxe dans une sémantique argumentative. *Langue Française*, n. 123, p. 6-26, 1999.
- DUCROT, O. *Dire et ne pas dire*. Paris: Hermann, 1972.
- _____. *Le dire et le dit*. Paris: Editions de Minuit, 1984.
- HENRY, P. *Le mauvais outil*. Paris: Klincksieck, 1977.
- VIGNY, A. de. *Stello*. Paris: Flammarion, 1832/2008.